

CONCLUSÃO

Propusemos-nos a investigar, na presente dissertação, as diferentes visões a respeito da possibilidade ou inviabilidade de se articular Psicanálise e Neurociência. Elaboramos um mapa dos debates que abrangem essa problemática, onde foi possível distinguir três grupos, cada um com seus próprios pressupostos, em função dos quais lhes atribuímos diferentes designações: *hibridação*, *isolamento* e *interlocução*. Faremos agora uma síntese de cada grupo com o intuito de acrescentar algumas críticas, oriundas da investigação sobre a cientificidade da Psicanálise, em particular, e sobre Ciência em geral. Em seguida pretendemos mostrar como as críticas que formulamos relativamente aos pressupostos do grupo da *hibridação* – referente à tentativa de se formar um campo híbrido – não se restringem ao campo psicanalítico, pois podem ser extrapoladas a outras áreas do conhecimento, e assim ratificamos nossa principal crítica a esse grupo quanto ao risco de exercerem uma atitude reducionista. Pretendemos, em última análise, deixar claro o nosso posicionamento contrário a se exercer uma *hibridação* ou o *isolamento*, e favorável à idéia de se promover uma *interlocução*, o que, nesse caso, implica em obedecer a certas restrições, que serão discutidas mais adiante.

O primeiro grupo, o qual chamamos de *hibridação*, especifica-se pela concepção de que a Psicanálise não evoluiu cientificamente por não ter desenvolvido métodos objetivos para testar suas hipóteses, o que fez com que esse campo se tornasse obsoleto e devesse se revigorar. Para atingir esse objetivo, a Psicanálise deveria importar o modelo de ciência adotado nas ciências físicas e naturais, o que implica em se experimentalizar, a fim de tornar-se “científica”. Mais ainda, considera-se aqui que a Neurociência poderia fornecer à Psicanálise fundamentos empíricos e conceituais mais sólidos sobre o funcionamento psíquico, dentre os quais se destacam aqueles oriundos das neuro-imagens, graças aos avanços tecnológicos, além dos achados da Neuropsicologia. Esta ousada e, ao nosso ver, arriscada proposta vem sendo aplicada através de neuropsicanalistas que visam, em última análise, formar um campo híbrido. Aqui fica evidente a presença de uma hierarquização de modelos epistemológicos, em que é conferido

à Neurociência um lugar de privilégio em relação à Psicanálise. Entretanto, esse estatuto hierarquicamente superior atribuído atualmente à Neurociência não se situa unicamente em relação à Psicanálise, mas a diversas áreas do saber que buscam uma compreensão do ser humano. Ou seja, não apenas o aspecto psíquico, mas também o comportamental e social correm o risco de sofrerem um reducionismo. Abordaremos esse tema após a exposição da síntese dos grupos.

O segundo grupo, denominado *isolamento*, apresenta uma visão oposta à anterior. Baseando-se no pensamento de Lacan, os representantes desse grupo discordam de uma articulação entre Psicanálise e Neurociência, alegando ser uma proposta inviável já que tampouco a Psicanálise poderia ser considerada uma ciência. O argumento principal é que por ter como referência o sujeito do inconsciente, a Psicanálise subverteria o conceito de ciência, que por definição deveria isolar o sujeito a ser observado. Apontam-se aqui as falhas do conhecimento científico e concebe-se que somente a Psicanálise é realmente capaz de atingir a verdade (do sujeito). Ou seja, o discurso científico produz um saber consciente, saber que está desarticulado com a verdade do sujeito. Já a Psicanálise, ao incluir o sujeito, teria condições de apontar a falha da primeira, a saber, sua insuficiência quanto à verdade.

Consideramos que os pressupostos do presente grupo refletem uma postura arrogante em que se exerce uma atitude de hierarquização em relação ao próprio modelo epistemológico, similar ao grupo anterior, porém no sentido inverso. Ou seja, aqui é a Psicanálise que é vista como soberana. Pensamos que esse discurso conduz a Psicanálise a uma posição de *isolamento* frente às demais ciências. Não se trata de afirmar que a Psicanálise necessita de outras áreas da Ciência para se constituir e se desenvolver. Mas afirmar que a Psicanálise pode apontar a insuficiência da Ciência quanto à verdade, e considerar-se o único campo capaz de atingir a verdade, nos parece ser uma atitude ingênua. Contra este argumento da Psicanálise como a única detentora da “verdade”, Calazans (2006) salienta que tanto o pensamento científico quanto o pensamento psicanalítico recusam o realismo, de modo que só o pensamento é capaz de estabelecer relações entre os dados para constituir os fatos. Logo, um fato é obra do pensamento. Por essa razão, pode-se afirmar que não é possível encontrar o dado puro, pois não há como abrir mão do pensamento para atingi-lo. Um dado só é um dado em um

sistema específico de pensamento que o considera como tal. O pensamento, por sua vez, não pode ser uma realidade objetiva, pois esta é justamente o resultado da operação do pensamento. Logo, o pensamento é a condição de produção de um real, e dessa forma deve-se abandonar a concepção de um registro de uma realidade que exista por si só. Talvez seja desta noção que careça o pensamento lacaniano, para conseguir reconhecer os limites de sua práxis.

Para ratificar nossa crítica à postura *isoladora*, remetemo-nos às contribuições da Antropologia da Ciência, que nos mostra que as leis universais, por mais imutáveis que possam parecer, só são universais em rede, ou seja, qualquer universal só se torna universal em função da rede na qual e em relação a qual ele se constitui como tal. Nesse sentido, o surgimento de objetos científicos não pode estar desvinculado da rede que lhe dá sentido (Latour, 2000). Para transpor essa idéia à nossa crítica ao discurso lacaniano, note-se que o sentido inconsciente – uma “verdade” do sujeito –, apontado em uma dada interpretação, não pode estar desvinculado do campo de saber que o legitima, ou seja, é um saber construído a partir da edificação da teoria psicanalítica, sem a qual a interpretação do material recalcado não seria possível.

O terceiro grupo mapeado, o da *interlocução*, se posiciona a favor do *diálogo* entre a Psicanálise e a Neurociência, pois aqui se rejeita a dicotomia ontológica entre *soma* e *psique* e por esse motivo é suscitado o interesse em explorar o papel da *corporeidade* na vida psíquica, não só da imagem ou das representações inconscientes do corpo – o plano das significações psíquicas –, mas também da intencionalidade corporal e dos conflitos neste terreno engendrados pelas exigências da cultura somática atual.

Esse grupo critica arduamente a premissa *fisicalista* encontrada no grupo da *hibridação* – tradução exaustiva da experiência subjetiva em termos biológicos –, que, por sua vez, visa eliminar descrições psicológicas em favor de descrições materiais. Note-se que tal atitude *fisicalista* pode receber um novo entendimento a partir da visão antropológica da Ciência, em que estão implícitos jogos de poder que visam, em última análise, valorizar o próprio campo em detrimento do outro, e tem como efeito uma ação muito mais predatória e competitiva do que integradora e enriquecedora, como pretendem os adeptos da *interlocução*.

O ponto principal apontado por este terceiro grupo é que as diferenças epistemológicas não impedem que as áreas possam dialogar. Mais do que uma atividade interdisciplinar, o grupo da *interlocação* fomenta uma abordagem transdisciplinar, no sentido de se construírem hipóteses inovadoras geradas por pontos de convergência originados pela interlocação dos diferentes campos. Exemplos do efeito transdisciplinar podem ser encontrados através da pesquisa das professoras Monah Winograd e Flávia Soller-de-Campos, em que, na clínica psicanalítica de pacientes neurológicos, as seguintes questões foram suscitadas: danos à cognição facilitariam a atenuação dos processos de censura e de recalque? Processos cognitivos seriam necessários ao funcionamento dos processos secundários? Por meio de quais mecanismos? Ao pensar a respeito dessa interconexão entre mecanismos cognitivos, postulados pela Neurociência Cognitiva, e mecanismos de defesa inconscientes, postulados pela Psicanálise, devemos reconhecer que a resposta a estas perguntas merece ser desdobrada internamente ao campo psicanalítico e, também, em um confronto com a Neurociência por meio de um trabalho de pesquisa interdisciplinar que permita entender melhor as relações entre os mecanismos cerebrais, os processos cognitivos e a emergência do inconsciente (Winograd, 2004).

Entretanto, embora seja relevante o diálogo, para que se possa enriquecer o conhecimento sobre o ser humano a partir das suas diferentes facetas, é imprescindível que se estabeleça uma relação de respeito mútuo entre os profissionais de cada campo a partir do entendimento de que não pode haver uma hierarquização dos modelos em jogo. O diálogo só é interessante se cada disciplina definir seu campo de ação e de reflexão. A ameaça se apresenta quando essa premissa não é obedecida, em que se observam as possíveis conseqüências danosas que os pressupostos da *hibridação* podem provocar. Aqui devemos lembrar que os estudos do cérebro e a nova biologia da mente deixaram de lado os limites do neurológico e do neuroquímico para se transformarem explicitamente em ciências da vida social e da cultura. Como nos indica Bezerra Jr. (2006), diferentes dimensões humanas – que abrangem decisões econômicas, julgamentos morais e políticos, crenças religiosas, preferências sexuais, emoções, amor e motivações inconscientes – parecem encontrar sua chave de elucidação no

vocabulário biológico. Tal vocabulário transforma-se em vocabulário final, e para ele todos os demais devem ser vertidos.

Essa colocação de Bezerra Jr. (2006) parece estar de acordo com a nossa crítica em relação a um dos pressupostos fundamentais do grupo da *hibridação*, em que se sugere que a Psicanálise faça uma revisão dos conceitos metapsicológicos, ou até mesmo uma substituição dos mesmos, já que os conceitos do psiquismo construídos pela Neurociência (especificamente a Neurociência Cognitiva) seriam mais confiáveis por terem sido construídos a partir da metodologia experimental. Ainda a respeito dessa proposta de *hibridação* dos conceitos, em que se observa a balança pendendo mais para o lado “neuro” da equação Neuro-psicanálise, note-se que termos como Neuroteologia, Neuroeducação, Neurofilosofia, Neuroeconomia, Neuroética e Neuropolítica entram rapidamente na linguagem cotidiana, testemunhando a força do paradigma biológico na descrição e na elucidação da dinâmica da vida em sociedade.

Para estarmos cientes do atual estado da arte, já não podemos mais ignorar que existem projetos para a investigação do cérebro humano, segundo o mesmo modelo do genoma, com vistas a estabelecer vários atlas do cérebro (Beaulieu, 2001). São anunciados regularmente resultados sobre os circuitos neuronais da simpatia e do luto, da decisão de compra, da crença em Deus, da violência, do amor, etc (Gündel *et. al.*, 2003). Um relatório da Academia de Ciências sublinha a que ponto apreender o cérebro é indispensável a fim de compreendermos a nós mesmos (Korn, 2003). Esta idéia é igualmente comum entre os psicólogos cognitivistas que “redescobrem” o cérebro como objeto da Psicologia. Note-se que, nesse quadro, há o pressuposto de que o conhecimento sobre o cérebro é soberano para se compreender o ser humano, por ser um saber mais “científico”, comparado, por exemplo, ao saber obtido na clínica psicanalítica. Entretanto, Ehrenberg (2004) faz uma importante ressalva ao alertar que pensar que o homem é neuronal (Changeux), ou que se pode explicar o social a partir do cérebro (Edelman), seriam teses eminentemente filosóficas, mais do que hipóteses científicas.

Deve-se notar que o avanço das concepções biológicas da mente encontrou um terreno particularmente fértil caracterizado por uma atmosfera social marcada pelo prestígio de um determinado discurso, que seria o “científico” ante os demais

campos discursivos, que não seriam considerados “científicos”. Esse contexto pode ser entendido pelo aparecimento de uma cultura somática em que o corpo ocupa lugar central em detrimento da interioridade psicológica. Mais ainda, pela revolução no campo das informações que possibilitou um intenso processo de popularização pela mídia de imagens e informações oriundas das descobertas neurocientíficas associando a atividade cerebral a praticamente todos os aspectos da vida, e tendendo a transformar qualquer *correlato neural* em *causa* ou *natureza* real de eventos subjetivos (Costa, 2004; Rabinow, 2002).

Neste quadro, como afirma Ehrenberg (2004), o impacto das neurociências se dá em diferentes planos que se articulam: no plano *teórico*, o fortalecimento de concepções fisicalistas de intenso colorido reducionista que fazem do cérebro a base explicativa da experiência subjetiva; no plano *clínico*, a aproximação da Psiquiatria e da Psicopatologia ao campo da Neurologia, com o surgimento de uma perspectiva na qual as duas se fundiriam numa só disciplina; e, no plano *social*, a emergência dessa nova figura antropológica, o *sujeito cerebral* – ou seja, a crescente percepção do cérebro como detentor de propriedades e funções antes atribuídas à pessoa, ao indivíduo ou ao sujeito.

Desdobrando a problemática do *sujeito cerebral*, apresentada acima, note-se que, atualmente, o cérebro já não se reduz mais a um objeto de estudo, mas se observa uma tendência a promover esse órgão à categoria de ator social. Com isso, adota-se a idéia de que as dificuldades relacionais e psicológicas não seriam pessoais, mas neuroquímicas. Devemos pensar, como propõe Ehrenberg (2004), em que medida a referência ao cérebro para descrever comportamentos sociais é suscetível de transformar o cérebro em agente social, o que conduziria a seguinte proposição: “Não sou eu. É o meu cérebro que me faz agir assim”. Nesse quadro atual, em que constantemente surge um novo artigo científico com interpretações de neurocientistas sobre a relação entre o funcionamento cerebral e o mental, observa-se uma crescente abstenção do sujeito frente ao seu estado mental. O que difere drasticamente do que o psicanalista pretende engendrar junto ao seu paciente, ou seja, que o mesmo se responsabilize por seu funcionamento mental, pré-condição para que possa haver a mudança psíquica.

Considerando o atual contexto social que leva a considerar o cérebro como um indivíduo – em outras palavras, a se pensar a si próprio como um cérebro são ou enfermo –, devemos notar que há uma tendência da Neurociência a “fetichisar” o cérebro. Nesse sentido, enquanto Nancy Andreasen afirma ter o objetivo de achar uma penicilina da doença mental, Gerald Edelman, eminente neurocientista contemporâneo, defende que é possível explicar o social a partir do cérebro. Já Ehrenberg (2004), apoiando a manutenção dos limites epistemológicos a fim de evitar o reducionismo explicativo, nos brinda com o seguinte esclarecimento: os biólogos, em função de seu ofício, devem trabalhar sobre os seres humanos abordando-os a partir de seus corpos, ou, em Neurobiologia, a partir de seu cérebro. Em Biologia, o humano é um ser *segundo o corpo*, um ser que deve *metodologicamente* ser reduzido ao seu corpo (genes, aminoácidos, enzimas, áreas cerebrais, redes neuronais, neurotransmissores, sinapses etc.). Os biólogos devem neutralizar, por rigor metodológico, o social, uma vez que, na falta de uma tal neutralização, não é possível testar experimentalmente as hipóteses ou estabelecer correlações estatísticas. O impasse se faz presente quando observamos a realização de numerosas especulações biológicas sobre o espírito, o que leva à cegueira conceitual. O ser abordado segundo o corpo é frequentemente assimilado, implícita ou explicitamente, ao ser considerado em sua totalidade. Essa conduta se configura como um erro, ao mesmo tempo lógico e antropológico, que remete à questão das relações entre o sujeito humano e seu corpo, entre o todo e a parte.

O problema conceitual que a Biologia promove, que faz dos complexos mecanismos cerebrais o sujeito da pessoa, é a confusão entre duas espécies de fenômenos – o físico e o psíquico –, o que pode levar a afirmações como a de François Jacob (que não é neurobiólogo), de que somos uma perigosa mistura de ácidos nucleicos e de lembranças, de desejos e de proteínas (Jacob, 2000). Ora, aqui cabe uma questão: será que somos compostos *no mesmo sentido* de proteínas e de desejos? Se não é esse o caso, não seria necessário distinguir as duas espécies de fenômenos? Lembremos que o próprio Freud (1891), considerado integrante do grupo da *interlocução*, concebe que o físico e o psíquico, por se constituírem em fenômenos distintos, devem ser apreendidos a partir de conceitos próprios.

Um dos efeitos da articulação desses vários fenômenos sobre o campo *psi* foi, portanto, a criação da Neuro-psicanálise – considerada aqui uma área adepta à *hibridação* –, de forma que a pesquisa neuropsicanalítica pretende estabelecer correlações diretas entre mudanças de estados mentais e alterações ou lesões neurológicas focais. Está implícita, nesse movimento, a idéia de oferecer à Psicanálise a cientificidade, a base empírica e a eficácia terapêutica que seus críticos sempre a acusam de não possuir (Bezerra Jr., 2006).

Nesse sentido, observa-se um reaparecimento das teorias de localização cerebral das propriedades mentais, que haviam caído em desuso desde o descrédito que sepultou o movimento frenológico⁶⁴ no século XIX. Uma nova frenologia, agora científica, passou a reivindicar seu espaço (Uttal, 2001). É curioso notar que a comprovação laboratorial da plasticidade cerebral e da importância da experiência e dos fatores ambientais na constituição de redes e conexões sinápticas não foi suficiente para nuançar e corrigir a convicção crescente de que a vida mental nada mais é que a expressão do funcionamento cerebral. Dito de outro modo, o próprio estudo do cérebro, a partir da descoberta da neuroplasticidade, evidencia a importância do ambiente e das relações precoces no desenvolvimento da circuitaria neural. Mas a ênfase neste órgão para se compreender a subjetividade parece, em grande parte, estar sendo alimentada pelo extraordinário poder de persuasão e fascínio das imagens coloridas e em movimento do funcionamento cerebral (Dumit, 2004; Ortega, 2006).

É válido lembrar, como dito acima, que o que Freud fez ao fundar a Psicanálise, e, assim, superar a teoria da localização cerebral, foi permitir a emergência do psiquismo como algo que deveria ser investigado e teorizado a partir de seus próprios termos, dando origem a uma maneira singular de tratamento. Ele fornece um certo conteúdo a esta noção de psíquico que está emergindo, ou seja, toma por objeto a subjetividade. Como vimos em nossa exaustiva investigação da monografia sobre a afasia de 1891, o problema de Freud é distinguir a afasia neurológica da afasia histérica. Enquanto se trata de histeria, ele mostra que certamente algo se passa no corpo, como na afasia neurológica, mas *não é* um fenômeno do corpo. A razão do sintoma (corporal) é um sistema de pensamento, de palavras do paciente, sistema *que lhe é próprio*: as palavras são

⁶⁴ Confere supra p. 18.

mal colocadas, por isso o sintoma é uma linguagem e não o efeito de uma disfunção do sistema nervoso. Pensando em termos metapsicológicos, o sintoma é uma expressão de tensões entre idéias, das quais o paciente não se dá conta, que funcionam como um sistema de forças e contra-forças. Freud não pensa em termos biológicos: a vida psíquica não repousa sobre uma matéria; ela parece antes com um campo de forças. Lembremos que Freud elaborou duas tópicas, dois sistemas de forças, no curso de sua vida inconsciente/pré-consciente/consciente e depois *id/ego/superego*. A tensão entre as idéias (as forças) é a própria operação do desejo, que é uma entidade conflituosa. Isto o conduziu a fazer do animal humano o sujeito de seu desejo, um ser tomado pelo conflito do desejo. Mostrando que se pode estar doente do próprio desejo, Freud descobre assim “uma chave técnica” para tratar um problema – a histeria – que estava posto para toda a medicina (Bezerra Jr., 2006).

Podemos dizer, como defende Bezerra Jr. (2006), que o impacto da Biologia e das biotecnologias por meio das neurociências, embora afete de várias maneiras o campo psicanalítico, não chega a abalar suas bases teóricas e seus dispositivos clínicos; na verdade ele precipitou um re-ordenamento no campo que tem fertilizado embates teóricos e discussões clínicas que acabaram por enriquecê-lo.

Portanto, nesse contexto, são grandes as dificuldades encontradas ao se tentar articular contribuições da Neurociência com problemáticas propriamente psicanalíticas. Em consequência, são feitas justaposições até superficiais de aspectos teóricos, os quais remetem não apenas aos diferentes pressupostos como também aos diferentes propósitos das respectivas teorias. Caberia, portanto, realizarmos uma discussão das principais contribuições da Neurociência que seriam relevantes para a Psicanálise. Por exemplo, a questão da cisão e da fragmentação do sujeito, definidas como múltiplos sub-sistemas que se inter-relacionam através de inúmeras vias e formas de conexão, sendo este processo praticamente inconsciente; a questão da percepção e da memória consideradas como contínuos processos de construção e reconstrução; a questão da dimensão valorativa inerente a todo esse funcionamento, em seus vários níveis de complexidade, sendo que tais valores refletem não apenas a programação genética

e as predisposições, mas também toda a trajetória idiossincrática de vida do indivíduo (Sollero-de-Campos, 2002).

Gostaríamos de salientar, por fim, a nossa defesa, na presente dissertação, que reside em fomentar a interlocução entre a Psicanálise e a Neurociência, objetivo que se sustenta a partir da premissa da rejeição da dicotomia ontológica entre *soma* e *psique*. Pensamos que a interdisciplinaridade se revela fértil, na medida em que os mecanismos cerebrais, os processos cognitivos e a emergência do inconsciente estão intrinsecamente interligados, tornando-se relevante investigar as vicissitudes dessas interconexões. O outro ponto que defendemos, intrínseco ao primeiro, é que não se deve admitir a tradução de conceitos ou adaptação da metodologia psicanalítica à outra que seria supostamente mais “científica”. Trata-se apenas de dialogar para que os campos possam enriquecer-se mutuamente, estabelecendo-se um processo de *inter-locução*. Aqui o radical *inter* supondo uma atitude de compartilhar o conhecimento entre as diferentes áreas; e *locução* no sentido de cada área manter o seu lugar. A partir desta *interlocução* entre a Psicanálise e a Neurociência, o que pretendemos, em última instância, é atingir o efeito transdisciplinar, como é o caso dos conjuntos significativos⁶⁵ identificadas a partir do atendimento psicanalítico de pacientes neurológicos realizado pelas pesquisadoras Monah Winograd e Flávia Soller-de-Campos, em que se transcende o conhecimento específico de cada campo. Fica aqui, portanto, o objetivo não apenas de aprofundar tais conjuntos significativos já construídos pelas pesquisadoras a partir do método do “estudo de caso único”, mas, ainda, de elaborar novos conjuntos, o que se configura num desejo para o futuro.

Porém – e é aqui que se revela a relevância da presente dissertação, a partir da análise dos diferentes posicionamentos que identificamos nela –, nossa posição frente a todo esse estado da arte se torna mais definida, e, portanto, mais consistente, evitando que a *interlocução* siga rumos indesejados: dialogar não deve implicar numa fusão, ou para usar o nosso próprio jargão, numa *hibridação*. Tampouco o *isolamento* beneficiaria, ao nosso ver, o maior interessado – o paciente – já que impediria o efeito transdisciplinar. Defendemos, portanto, a proposta de uma *interlocução*, que não despreza a noção de que a confrontação das diferentes perspectivas, em uma postura de companheirismo e mútuo respeito,

⁶⁵ Confere supra p. 155.

conduziria a uma maior compreensão do ser humano, com suas diferentes dimensões biológica, psíquica, social, política, econômica e cultural. Isto para, desse modo, podermos conquistar o objetivo final do grupo da *interlocução* – a saber, o *pluralismo teórico* –, objetivo este que somente se torna possível se cada área do saber obtiver uma definição clara dos limites e fronteiras do seu campo de atuação.